

ORIGEM DA LICITAÇÃO	INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA/NUFAR.
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2017
PROCESSO Nº:	P187839/2016
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL, DESTINADOS AO INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF, AOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Pregoeiro(a) regulamentado(a) através do Decreto Municipal nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nomeado(a) por Ato juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, devidamente publicados no Diário Oficial do Município, assessorado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no DOM e juntado ao processo, abrirá até horas, data e local abaixo indicados eletronicamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital, e seus anexos, e as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; na Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela LC nº 147/2014, de 08 de agosto de 2014; No Decreto Federal nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015 e nos Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013; e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** para **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**.

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/01/2017.



DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/02/2017, às 10h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10/02/2017, às 14h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de **Brasília/DF**.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA.

3. DA BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela LC nº 147/2014, de 08 de agosto de 2014; No Decreto Federal nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015 e Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013; e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações; e o disposto no presente edital e seus anexos.

4. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL, DESTINADOS AO INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF, AOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

5. DO ACESSO AO EDITAL

5.1. O edital está disponível gratuitamente nos *sítios* compras.fortaleza.ce.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

6. DOS ENDEREÇOS PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. A documentação deverá ser entregue no endereço sito à Rua do Rosário, 77, Centro – Ed. Comte. Vital Rolim – Sobreloja e Terraço, Fortaleza-Ce, CEP. 60055-090.



6.2. A documentação será apresentada em envelope lacrado contendo no anverso o nome do pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente desta licitação correrá às contas das dotações consignadas abaixo:

- **IJF** - Projeto/Atividade código 10.302.0124.2470.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0900, Sequencial de Despesa 78;
- **HDEBO** – Projeto/Atividade 25.916.10.302.0123.2631.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDMJBO** – Projeto/Atividade 25.911.10.302.0123.2624.0001 Elemento de Despesa 339030 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDEAM** – Projeto/Atividade 25.910.10.302.0123.2623.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HGMBC** – Projeto/Atividade 25.908.10.302.0123.2621.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMM** – Projeto/Atividade 25.915.10.302.0123.2630.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMJW** – Projeto/Atividade 25.913.10.302.0123.2627.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HNSC** – Projeto/Atividade 25.914.10.302.0123.2628.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HMDZAN** – Projeto/Atividade 25.918.10.302.0124.2545.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900 ;
- **CAC** – Projeto/Atividade 25.912.10.302.0123.2625.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CEMJA** – Projeto/Atividade 25.909.10.302.0123.2622.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CELAF/SMS** – Projeto/Atividade 25.901.10.303.0127.2518.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **SAMU** – Projeto/Atividade 25.901.10.302.0123.2523.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A.

8.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio constante no **Preâmbulo** deste edital.

8.1.2. OS LOTES 1, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 60, 62, e 64 são exclusivos às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

8.1.2.1. E quanto aos **LOTES 02, 04, 06, 08, 15, 17, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 37, 39, 41, 48, 53, 55, 59, 61 e 63**, poderão participar quaisquer interessados.

8.1.3. Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do objeto, para a contratação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e/ou as cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, de acordo com o previsto no Termo de Referência- Anexo I.

8.1.4. Para a cota reservada para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e/ou as cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, a proposta de preços, deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

8.1.5 Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado, ou apresentem proposta aceitável pela Administração.

8.1.6. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

8.1.6.1 Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

8.2. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício de preferência previsto em Lei.

8.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.4. É vedada a participação de licitante pessoa física e pessoa jurídica nos seguintes casos:

8.4.1. Que não se qualifiquem como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), ou cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, **para os lotes exclusivos.**

8.4.2. Que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, **para os lotes exclusivos.**

8.4.3. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

8.4.4. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.



8.4.5. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

8.4.6. Impedidas de licitar com a Administração.

8.4.7. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o Instituto Dr. José Frota - IJF.

8.4.8. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

8.4.9. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta; (inciso III, art.9º da lei 8666/93)

8.4.10. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.4.11. Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

9.1. Os licitantes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura das mesmas, consignando o preço global dos lotes incluído todos os custos diretos e indiretos, de acordo com o especificado neste edital.

9.2. No campo “Informações Adicionais” deverá constar necessariamente o seguinte:

- a. Indicação do lote cotado e especificação do objeto da licitação de acordo com o disposto no ANEXO I deste edital, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto;
- b. Preço global do lote cotado em algarismo;
- c. Quantidade ofertada.
- d. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
- e. Número do registro do produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, **ou de sua isenção**, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 meses da data do vencimento do registro;
- f. O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do Banco do Brasil.

9.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento.



9.4. Será vedada a identificação do licitante.

10. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema.

10.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitário, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.

10.4. Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no mapa de preços, presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele mapa de preços; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido mapa de preços.

11. DA ETAPA DE LANCES

11.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no **Preâmbulo**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances, que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.2. Para efeito de lances, será considerado o **valor global do lote**.

11.2.1. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.

11.2.2. Em caso de dois ou mais lances de igual valor, prevalece aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.3. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

11.4. No caso de desconexão entre o pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.



11.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes, através de mensagem no sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.5. A etapa inicial de lances será encerrada pelo pregoeiro, seguida do tempo randômico, que poderá ser de 1 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico.

11.6. Transcorrido o tempo randômico, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo pregoeiro, na sala de disputa, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

11.6.1. Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará a existência de outro em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar por encerrada a disputa do lote.

11.7. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

12. DO LICITANTE ARREMATANTE

12.1. O pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

12.2. A partir da sua convocação, o arrematante deverá encaminhar imediatamente, no prazo máximo de até 04 (quatro) horas, através de FAX, para o número (85)3252.16.30 ou e-mail (licitacao@fortaleza.ce.gov.br) a **proposta de preços** e a **documentação de habilitação** e no prazo máximo de até 02(dois) dias úteis a contar do término da sessão virtual o arrematante deverá entregar, na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, no endereço constante no **subitem 6.1**, os documentos acima mencionados em original ou por cópia autenticada.

12.2.1. O não cumprimento da entrega da documentação, dentro do prazo acima estabelecido, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

13. DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

13.1. A proposta deverá ser apresentada em via única original e numerada, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II – Proposta de preços deste edital, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas,



com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto, o certificado do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, **ou de sua isenção**, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 meses da data do vencimento do registro, e demais informações relativas ao bem ofertado.

13.1.1. A proposta de preços escrita que deverá conter:

- a. Indicação do lote cotado e especificação do objeto licitado, com todos os seus itens, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, deste edital.
- b. Quantidade ofertada;
- c. Preço unitário do lote cotado em algarismos;
- d. Preço global do lote cotado, em algarismo, (somatório dos preços totais dos itens que compõem o lote);
- e. Para o **LOTE 13**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;
- f. Para o **LOTE 14**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;
- g. Para os **LOTES 37 e 38**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **13 Incubadoras**;
- h. Para os **LOTES 53 e 54**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **280** aparelhos para medição de glicemia;

13.2. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

13.3. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.

13.4. Na cotação do preço unitário, não será admitido o fracionamento do centavo.

13.5. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos encargos sociais e demais ônus atinentes à entrega do objeto.

13.6. O preço global proposto por lote deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceito que contemplem apenas parte do objeto.

13.7. Deverá constar ainda da proposta a DECLARAÇÃO DO LICITANTE de que responde por todos os prejuízos, perdas e danos que venham a ocorrer referentes ao transporte e entrega dos produtos, caso venha a ser contratado.

13.8 - Após a verificação da documentação original referente à proposta de preços escrita e à habilitação, o Pregoeiro deverá solicitar amostra e/ou demonstração de cada material desta licitação, que deverão ser encaminhadas para Gerência de Material e Patrimônio/GEMAP para melhor avaliação e testes para parecer técnico, ficando o arrematante obrigado, sob pena de desclassificação, apresentar tal amostra, no prazo definido pelo Pregoeiro de, no mínimo, 03 dias úteis contados a partir da intimação. Em caso de desclassificação, o pregoeiro deverá convocar os demais licitantes, na ordem de classificação.



13.8.1 - A amostra será recebida pelo Pregoeiro, no prazo estipulado, remetida ao órgão interessado na licitação e analisada por técnico designado pelo titular do órgão; devendo o laudo ser devidamente datado e assinado por quem o emitiu e visado pelo titular do órgão.

13.9. No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

13.10. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. O licitante CADASTRADO deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, compatível com o ramo objeto licitado, e a regularidade trabalhista mediante prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.1.1. O CRC não substituirá os documentos referentes à Qualificação Técnica.

14.1.2. O pregoeiro verificará a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral. Caso o mesmo esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, salvo os documentos de Regularidades Fiscal e Trabalhista acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

15.2 OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA

15.2.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação referente à regularidade fiscal.

15.2.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

15.2.3. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

15.2.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o



documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

15.2.5. O licitante NÃO CADASTRADO no CRC junto à **Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR** deverá apresentar os documentos relacionados a seguir:

15.3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.3.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso do licitante ser o sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

15.3.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso do licitante ser o sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

15.3.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso do licitante ser o sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

15.3.4 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.3.5 REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.



15.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

15.4.2. Licença sanitária estadual ou municipal da sede ou domicílio da licitante, perante o órgão sanitário competente, para exercer as atividades de comercialização dos produtos objeto deste edital.

15.4.3. Alvará de Funcionamento da Empresa expedido por órgão público municipal da sede ou domicílio da licitante.

15.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

15.5.1.1. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da Certidão exigida no subitem acima.

15.5.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta.

15.5.3. COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial do licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), calculada conforme a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

PC + PELP

Onde:

LG – Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo;

15.5.4. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial.



15.5.5. No caso das demais sociedades empresárias, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticada na junta comercial, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.6. No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando no balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

15.5.7. No caso de sociedade simples e Cooperativa - o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

15.5.8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% da estimativa de custos, que deverá ser comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

15.5.9. Caso a licitante cote mais de um lote, o valor do patrimônio líquido deverá corresponder ao somatório dos lotes dos quais for vencedor.

15.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.6.1 - PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

- a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.
- b. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO.
- c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

15.6.2 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.



15.6.3 - No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

15.6.3.1. Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

15.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.

15.6.5. O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999 conforme Anexo III - Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor.

16. OUTRAS DISPOSIÇÕES

16.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

16.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

17. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

17.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Mapa de Preços que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, na sequência, ou a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantagem.

17.1.1. A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados em ata, pelo valor unitário do item.



17.1.2. A proposta final para o lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independente do valor total do lote, devendo o licitante, readequar o valor do(os) item(s) aos valores constantes no mapa de preços.

17.1.3. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele mapa de preços; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido mapa de preços.

17.1.4. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

17.1.5. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocado na ordem de classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

18. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS:

18.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

18.2. Com preços superiores dos ITENS/LOTES aos constantes no mapa de preços no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexecutáveis.

18.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@fortaleza.ce.gov.br, informando o número deste pregão no sistema do Banco do Brasil e o órgão interessado, além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e email).

19.2. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, no endereço constante no **subitem 6.1 deste edital**.

19.1.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, após pronunciamento do órgão de origem, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações.

19.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, **exceto** se tratar de matéria de ordem pública.

19.4. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, enviar a petição de impugnação juntamente com os autos processuais para que a autoridade competente decida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

19.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões por escrito, devidamente protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, no endereço constante no **subitem 6.1** deste edital. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

20.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

20.3. A falta de manifestação, conforme o **subitem 20.1** deste edital importará na decadência do direito de recurso.

20.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no **subitem 5.1.** deste edital.



21. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

21.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

21.3. No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência do titular da origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do Pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

21.4. O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

21.5. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

21.6. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos lotes, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV deste edital.

21.6.1. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do artigo 11, inciso II do Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

21.7. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante ao gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

21.7.1. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços far-se-á por meio de OFÍCIO, encaminhado por carta registrada, com Aviso de Recebimento – AR ou, diretamente, por intermédio do representante da contratada, ou ainda via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

21.8. Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

21.9. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços e, no caso da Detentora não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fortaleza e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais

22.1.1. Os licitantes que praticarem quaisquer das condutas previstas no art. 14, do Decreto Municipal nº 11251/2002 e na legislação pertinente, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

I. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. Multa cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido no contrato;

22.2. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

22.2.1. O procedimento para a aplicação da multa está disciplinado no art. 51 do Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

22.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

22.3.1. As NOTIFICAÇÕES relativas às fases de defesa prévia e recurso serão encaminhadas por carta registrada, com aviso de recebimento – AR.

22.3.1.1. As demais notificações poderão ser feitas via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

23. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O Instituto Dr. José Frota - IJF será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este edital, por se tratar de licitação **corporativa, ou seja, participam da licitação aos HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, nos termos do Decreto Municipal n. 12.786/2011.**

23.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV será assinado pelo Superintendente do **INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF**, órgão gestor do Registro de Preços ou por



seu substituto legal e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados, e pelos representantes dos órgãos participantes.

23.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na seqüência da classificação do certame.

23.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

23.5. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto ao fornecedor detentor de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

23.6. O fornecedor detentor de preços registrados ficará obrigado a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos a serem definidos no instrumento contratual e nos locais especificados no anexo I do Termo de Referência deste edital.

23.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, na condição de Órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o §2º do artigo 29 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

23.8. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

23.8.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, ao somatório do quantitativo estabelecido no Decreto Federal nº 7892/13.

23.9. Caberá ao órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública, proceder a indicação do fornecedor detentor do preço registrado, obedecida a ordem de classificação.

23.10. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado, ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

23.11. **O INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF** providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, por meio eletrônico através da SEGOV.



23.12. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no §1º do art. 27, do Decreto Municipal n.º 12.255/2007.

23.13. **O INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

23.14. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata, poderá convocar os demais fornecedores classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

23.15. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

23.16. As alterações dos preços registrados, oriundas da revisão dos mesmos, serão publicadas no Diário Oficial do Município e através da internet.

23.17. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

23.18. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se o Instituto Dr. José Frota e/ou os órgãos representantes, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

24. DA ENTREGA DO MATERIAL

24.1. O material deverá ser entregue de acordo com as necessidades da Administração, na data e no local indicados pelo Contratante ou Gestor do Sistema de Registro de Preços, na Autorização de Compra, dentro dos prazos estipulados e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

24.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por Email, ou por Telefone/Fax.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.



25.1.1. Caso haja a contratação a NOTIFICAÇÃO relativa à convocação para assinatura do contrato poderá ser encaminhada por carta registrada, com aviso de recebimento – AR, poderão ser feitas também via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

25.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

25.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará **DESCCLASSIFICAÇÃO** ou **INABILITAÇÃO**.

25.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.

25.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**.

25.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

25.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada, inclusive pelo pregoeiro. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade pelo Pregoeiro ou por quem por este designado.

25.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

25.10. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e os licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

25.11. Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro deverão se dar por escrito, com o devido protocolo com sede na CLFOR, através de fax símile para o número (85) 3252.1630, via e-mail institucional licitacao@fortaleza.ce.gov.br, ou no próprio chat da plataforma do Banco do Brasil “sala virtual” onde estará acontecendo o certame.

25.11.1. Fica terminantemente proibido ao Pregoeiro prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame.



25.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos e limites da legislação pertinente.

25.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

25.14. A apresentação, por parte dos licitantes, de **DECLARAÇÃO FALSA** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ainda cooperativa que faz jus ao tratamento diferenciado da LC 123/2006, ou à não utilização de mão-de-obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar nº 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal, com fundamento no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e art. 299 do Código Penal Brasileiro.

25.15. Serão consideradas como não apresentadas as declarações, não assinadas pelo representante legal da empresa ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser apresentada.

25.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

26. DOS ANEXOS

26.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza - CE, ____ de _____ de 20____.

CIENTE:

Dr. Francisco Walter Frota de Paiva
SUPERINTENDENTE DO IJF

Aprovado:

Dra. Marta Batista Landim (Procuradora do IJF)

OAB: 8598/CE



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: Instituto Doutor José Frota – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA/NUFAR DO IJF

2. DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL, DESTINADOS AO INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF, AOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE TERMO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

2.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento **PARCELADO**.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Solicitamos aquisição desses itens por se tratarem de materiais médicos hospitalares utilizados em diversos procedimentos hospitalares, realizados nos diversos setores e unidades desta instituição, visando à melhora, a recuperação e conseqüentemente a alta dos pacientes. As quantidades aqui solicitadas possibilitam o abastecimento do hospital por um período de 12 (doze) meses e foram calculados com base no consumo médio mensal de cada item..

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

LOTES	ESPECIFICAÇÕES	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Abaixador de língua de madeira, 14cm de comprimento e 1,4cm de largura (aprox.), formato convencional com extremidades arredondadas e superfície lisa. Descartável. Embalado individualmente, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente. Pacote com 100 unidades.	pacote	12596	4,90	61.720,40
2	<i>Algodão hidrofílico, rolo com 500 gramas, com fibras puro algodão, alvejado e isento de impurezas, substâncias gordurosas, amido e alvejantes ópticos, inodoro e insípido. Trama firme no comprimento. O rolo deverá receber um segundo envoltório que ofereça completa proteção. Não estéril. Apresentados em mantas uniformes e homogêneas, embalado em sacos plásticos. - Atender NBR 14635. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	pacote	70725	13,57	959.738,25

3	Algodão hidrofílico, rolo com 500 gramas, com fibras puro algodão, alvejado e isento de impurezas, substâncias gordurosas, amido e alvejantes ópticos, inodoro e insípido. Trama firme no comprimento. O rolo deverá receber um segundo envoltório que ofereça completa proteção. Não estéril. Apresentados em mantas uniformes e homogêneas, embalado em sacos plásticos. - Atender NBR 14635. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	pacote	23575	13,57	319.912,75
4	Algodão ortopédico, confeccionado em fibra de puro algodão cru, macio e extra-absorvente, transformado em rolo de manta uniforme e espessa. Não estéril. Pacote com 420 gramas. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	pacote	10170	9,80	99.666,00
5	Algodão ortopédico, confeccionado em fibra de puro algodão cru, macio e extra-absorvente, transformado em rolo de manta uniforme e espessa. Não estéril. Pacote com 420 gramas. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	pacote	3390	9,80	33.222,00
6	Bolsa para colostomia descartável, Bolsa com furo recortado, com fita adesiva dupla face e adesivo hipoalérgico, resistente e que não desprende do conjunto, película protetora não aderente e destacável, saco de polietileno de baixa densidade com 22cm de comprimento e 14cm de largura. Não estéril. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	14235	24,90	354.451,50
7	Bolsa para colostomia descartável, Bolsa com furo recortado, com fita adesiva dupla face e adesivo hipoalérgico, resistente e que não desprende do conjunto, película protetora não aderente e destacável, saco de polietileno de baixa densidade com 22cm de comprimento e 14cm de largura. Não estéril. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	4745	24,90	118.150,50
8	Bolsa para colostomia recortável de 15 a 60mm e Bolsa drenável, recortável (apresentando guia de recorte no papel aderente), transparente, com suporte adesivo flexível e hipoalergênico, tela perfurada fixada à face posterior da bolsa, com clamp individual para cada bolsa. Bolsa de plástico macio, silencioso e à prova de odores. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	5220	29,00	151.380,00

9	Bolsa para colostomia recortável de 15 a 60mm e Bolsa drenável, recortável (apresentando guia de recorte no papel aderente), transparente, com suporte adesivo flexível e hipoalergênico, tela perfurada fixada à face posterior da bolsa, com clamp individual para cada bolsa. Bolsa de plástico macio, silencioso e à prova de odores. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	1740	29,00	50.460,00
10	Capa estéril para braço de microscópio cirúrgico, com visor, em embalagem unitária contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	unidade	2000	26,00	52.000,00
11	Capa para videolaparoscopia, asséptica medindo 12,5 x 2,50m. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	unidade	720	4,20	3.024,00
12	Cera para Osso. Envelope com 2,5 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	unidade	4158	16,80	69.854,40
13	Clipe grande, cartucho com 6 cliques hemostático totalmente em titânio, que garante as imagens de exames tais como tomografia computadorizadas e ressonância magnéticas sejam livres de interferências. Fechamento distal para proximal. Superfície interna com serrilhado central transversal do clipe permite uma ligadura atraumática firme e permanente. Fechamento preciso e uniforme. Extremidades arredondadas evitando traumas. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	Cartucho	360	45,00	16.200,00
14	Clipe médio-grande, cartucho com 6 cliques hemostático totalmente em titânio, que garante as imagens de exames tais como tomografia computadorizadas e ressonância magnéticas sejam livres de interferências. Fechamento distal para proximal. Superfície interna com serrilhado central transversal do clipe permite uma ligadura atraumática firme e permanente. Fechamento preciso e uniforme. Extremidades arredondadas evitando traumas. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	Cartucho	360	45,00	16.200,00
15	Coligação única para sistema de aspiração, drenagem e irrigação, 2 metros, confeccionado em PVC, transparente, atóxico, com uma das extremidades provida de uma ponteira (cânula) para aspiração confeccionada em policarbonato e na outra extremidade de um conector graduado em PVC. embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster, devidamente identificado . Procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em	unidade	27000	3,98	107.460,00

	órgão competente.				
16	Coligação única para sistema de aspiração, drenagem e irrigação, 2 metros, confeccionado em PVC, transparente, atóxico, com uma das extremidades provida de uma ponteira (cânula) para aspiração confeccionada em policarbonato e na outra extremidade de um conector graduado em PVC. embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster, devidamente identificado . Procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	9000	3,98	35.820,00
17	Coligação única para sistema de aspiração, drenagem e irrigação, 3 metros, confeccionado em PVC, transparente, atóxico, com uma das extremidades provida de uma ponteira (cânula) para aspiração confeccionada em policarbonato e na outra extremidade de um conector graduado em PVC. embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster, devidamente identificado . Procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	16200	4,89	79.218,00
18	Coligação única para sistema de aspiração, drenagem e irrigação, 3 metros, confeccionado em PVC, transparente, atóxico, com uma das extremidades provida de uma ponteira (cânula) para aspiração confeccionada em policarbonato e na outra extremidade de um conector graduado em PVC. embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster, devidamente identificado . Procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	5400	4,89	26.406,00
19	Coletor de amostra para broncoscopia - Para coleta de secreções (mucosidades), com capacidade em torno de 60-120mL, estéril , com tampa, confeccionado em material atóxico, apirogênico, próprio para o procedimento, com transparência adequada para perfeita visualização do aspirado, com conectores de padrão universal, para perfeita adaptação em pontas de sondas de aspiração, com látex ou similar, inserido na ponta do tubo central do coletor, com bico na própria tampa, e também deve possuir na tampa, um outro bico, lateral, que se adapte perfeitamente ao tubo de vácuo, para proceder à coleta de secreções de forma fechada e direta, segura ao procedimento e ao profissional. Deve possuir escala de graduação nítida. Embalagem individual, um lado grau cirúrgico e outro poliamida, abertura em pétala, estéril em processo que garanta comprovadamente ausência de resíduos tóxicos, com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	8100	7,80	63.180,00

20	Coletor de urina sistema aberto - bolsa plástica tipo saco, confeccionado em polietileno virgem especial, com marcação de volume graduada a cada 100mL, e local para anotação de dados do paciente, alça flexível tipo cordão para sustentação e manipulação do coletor. Capacidade máxima de 2.000mL. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	773400	0,35	270.690,00
21	Coletor de urina sistema aberto - bolsa plástica tipo saco, confeccionado em polietileno virgem especial, com marcação de volume graduada a cada 100mL, e local para anotação de dados do paciente, alça flexível tipo cordão para sustentação e manipulação do coletor. Capacidade máxima de 2.000mL. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	257800	0,35	90.230,00
22	Coletor de urina infantil feminino - estéril com bordas demarcadas e descartáveis para o sexo feminino, com adesivo hipoalérgico, saco plástico com graduação a cada 10mL, capacidade para 100mL aproximadamente. Embalagem individual, com dados de identificação e procedência, data e tempo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	28680	R\$ 0,22	R\$ 6.309,60
23	Coletor de urina infantil masculino - estéril com bordas demarcadas e descartáveis para o sexo masculino, com adesivo hipoalérgico, saco plástico com graduação a cada 10mL, capacidade para 100mL aproximadamente. Embalagem individual, com dados de identificação e procedência, data e tempo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	21920	0,42	9.206,40
24	Eletrodo adulto para monitorização cardíaca com gel. Adesivo hipoalergênico, de boa aderência, em espuma de polietileno ou rayon de viscose, espuma central regular, sem rebarbas, que se adapte com facilidade aos eletrodos padrões. Pino de aço inox recoberto com prata. Gel condutor sólido, de boa condutividade, distribuído de modo uniforme, boa adesividade na presença de umidade, que suporte permanência de 24 horas. Descartável. Constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	415800	0,39	162.162,00
25	Eletrodo adulto para monitorização cardíaca com gel. Adesivo hipoalergênico, de boa aderência, em espuma de polietileno ou rayon de viscose, espuma central regular, sem rebarbas, que se adapte com facilidade aos eletrodos padrões. Pino de aço inox recoberto com prata. Gel condutor sólido, de boa condutividade, distribuído de modo uniforme, boa adesividade na presença de umidade, que suporte permanência de 24 horas. Descartável. Constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em	unidade	138600	0,39	54.054,00

	órgão competente.				
26	Esparadrapo impermeável, 10cm x 4,5m. Em puro tecido de algodão branco impermeabilizado em uma das faces e na outra com massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina acrílica, hipoalergênico. Enrolado em carretel plástico, com capa protetora. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	114537	7,67	878.498,79
27	Esparadrapo impermeável, 10cm x 4,5m. Em puro tecido de algodão branco impermeabilizado em uma das faces e na outra com massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina acrílica, hipoalergênico. Enrolado em carretel plástico, com capa protetora. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	38179	7,67	292.832,93
28	Extensor 120 cm, uma via para infusão parenteral gravitacional em PVC, atóxico, transparente, tipo conector luer lock macho e luer fêmea com tampas, pinça clamp. Estéril. Embalagem individual, com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	71775	2,10	150.727,50
29	Extensor 120 cm, uma via para infusão parenteral gravitacional em PVC, atóxico, transparente, tipo conector luer lock macho e luer fêmea com tampas, pinça clamp. Estéril. Embalagem individual, com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	23925	2,10	50.242,50
30	Extensor 20 cm, uma via para infusão parenteral gravitacional em PVC, atóxico, transparente, tipo conector luer lock macho e luer fêmea com tampas, pinça clamp. Estéril. Embalagem individual, com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	199275	1,60	318.840,00
31	Extensor 20 cm, uma via para infusão parenteral gravitacional em PVC, atóxico, transparente, tipo conector luer lock macho e luer fêmea com tampas, pinça clamp. Estéril. Embalagem individual, com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	66425	1,60	106.280,00
32	Fita adesiva cirúrgica microporosa 2,5cm X 10m - constituída de rayon de viscose não trançado, microporoso, hipoalérgico. Com duas faces: dorso de não tecido e face com adesivo a base de acrílico, boa aderência (mesmo em presença de suor). Com corte bidirecional. Embalado em carretel plástico com capa protetora. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo	rolo	41955	2,70	113.278,50

	<i>de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>				
33	<i>Fita adesiva cirúrgica microporosa 2,5cm X 10m - constituída de rayon de viscose não trançado, microporoso, hipoalérgico. Com duas faces: dorso de não tecido e face com adesivo a base de acrílico, boa aderência (mesmo em presença de suor). Com corte bidirecional. Embalado em carretel plástico com capa protetora. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	<i>rolo</i>	<i>13985</i>	<i>2,70</i>	<i>37.759,50</i>
34	<i>Fita autoclave a vapor: fita adesiva termo resistente - específica para autoclave a vapor - dotada de dorso de papel crepado com indicador químico classe 1, em forma de listras, distribuídas paralelamente eqüidistantes, sendo que devesse ter no mínimo 03 (três) listras a cada 05 (cinco) centímetros de fita. Estas listras devem se apresentar impressas com tinta especial de tonalidade mais clara que a fita, que em contato com a temperatura no processo de esterilização por autoclavagem, adquire cor escura (marrom ou preta), identificando desta forma, materiais submetidos ao processo de esterilização. A outra superfície deverá ser impregnada de substância adesiva formada a base de materiais que resistam à umidade e as condições térmicas do processo de esterilização, ou seja, 134graus. A revelação do indicador químico deverá ocorrer apenas após atingir temperatura mínima de 121 graus Celsius. Embalada individualmente, em rolo medindo 19mm de largura x 30m de comprimento, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	<i>unidade</i>	<i>15833</i>	<i>4,16</i>	<i>65.865,28</i>
35	<i>Fita autoclave a vapor: fita adesiva termo resistente - específica para autoclave a vapor - dotada de dorso de papel crepado com indicador químico classe 1, em forma de listras, distribuídas paralelamente eqüidistantes, sendo que devesse ter no mínimo 03 (três) listras a cada 05 (cinco) centímetros de fita. Estas listras devem se apresentar impressas com tinta especial de tonalidade mais clara que a fita, que em contato com a temperatura no processo de esterilização por autoclavagem, adquire cor escura (marrom ou preta), identificando desta forma, materiais submetidos ao processo de esterilização. A outra superfície deverá ser impregnada de substância adesiva formada a base de materiais que resistam à umidade e as condições térmicas do processo de esterilização, ou seja, 134graus. A revelação do indicador químico deverá ocorrer apenas após atingir temperatura mínima de 121 graus Celsius. Embalada individualmente, em rolo medindo 19mm de largura x 30m de comprimento, contendo dados de identificação, procedência, data</i>	<i>unidade</i>	<i>5277</i>	<i>4,16</i>	<i>21.952,32</i>

	<i>de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>				
36	Fita cardíaca, de cor branca e constituída por uma fita de algodão alvejado, com 3 mm de largura e 80 cm de comprimento. Embalada individualmente. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, data de esterilização, prazo de validade e registro em órgão competente.	Envelope	1691	9,89	16.723,99
37	Indicador biológico do tipo auto-contido de terceira geração, indicado para controle de qualidade biológica de ciclos de esterilização a vapor saturado em esterilizadores equipados com pré-vácuo e temperatura de operação de 132 graus centígrados - tempo de resposta de no máximo 03 horas por método de fluorescência - composto de uma tira de papel contendo uma população mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e calibrados de Bacillus stearothermophilus (com certificado de qualidade assegurada). A tira de papel contendo esporos deverá estar armazenada em uma ampola plástica que também acondiciona uma ampola de vidro quebrável, contendo um meio de cultura. Caixa com 50 ampolas. A ampola plástica deverá ser fechada por uma tampa perfurada e protegida por um papel de filtro hidrofóbico. O rótulo externo deverá informar lote e data de fabricação com campos para identificação na ampola do local e data da esterilização. Embalagem externa com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	caixa	268	1.310,90	351.321,20
38	Indicador biológico do tipo auto-contido de terceira geração, indicado para controle de qualidade biológica de ciclos de esterilização a vapor saturado em esterilizadores equipados com pré-vácuo e temperatura de operação de 132 graus centígrados - tempo de resposta de no máximo 03 horas por método de fluorescência - composto de uma tira de papel contendo uma população mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e calibrados de Bacillus stearothermophilus (com certificado de qualidade assegurada). A tira de papel contendo esporos deverá estar armazenada em uma ampola plástica que também acondiciona uma ampola de vidro quebrável, contendo um meio de cultura. Caixa com 50 ampolas. A ampola plástica deverá ser fechada por uma tampa perfurada e protegida por um papel de filtro hidrofóbico. O rótulo externo deverá informar lote e data de fabricação com campos para identificação na ampola do local e data da esterilização. Embalagem externa com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo	caixa	85	1.310,90	111.426,50

	de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.				
39	Lâmina para faca de enxerto de pele nº 04, em aço inoxidável, não estéril. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	1845	84,40	155.718,00
40	Lâmina para faca de enxerto de pele nº 04, em aço inoxidável, não estéril. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	615	84,40	51.906,00
41	Lâmina para faca de enxerto de pele nº 06, em aço inoxidável, não estéril. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	2075	84,40	175.130,00
42	Lâmina para faca de enxerto de pele nº 06, em aço inoxidável, não estéril. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	690	84,40	58.236,00
43	Lâmina para barbear em aço inox, corte nas duas laterais, isenta de rebarbas e sinais de oxidação. Embalagem contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	1010	1,10	1.111,00
44	Lâmina para bisturi descartável nº 11, em aço inox, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo do bisturi padrão, proteção na lâmina. Embalagem individual em alumínio hermeticamente fechado, estéril, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	23240	0,30	6.972,00
45	Lâmina para bisturi descartável nº 15, em aço inox, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo do bisturi padrão, proteção na lâmina. Embalagem individual em alumínio hermeticamente fechado, estéril, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	82074	0,30	24.622,20
46	Lâmina para bisturi descartável nº 21, em aço inox, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo do bisturi padrão, proteção na lâmina. Embalagem individual em alumínio hermeticamente fechado, estéril, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	196224	0,30	58.867,20
47	Lâmina para bisturi descartável nº 23, em aço inox, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, perfeita adaptação ao cabo do bisturi padrão, proteção na lâmina. Embalagem individual em alumínio	unidade	126100	0,30	37.830,00

	hermeticamente fechado, estéril, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.				
48	Lençol descartável, dimensões 1,40m x 2,00m (aprox.). Em pura celulose, com gramatura mínima de 30 gramas por metro quadrado, cor branca, macio, resistente, que não permita a passagem de líquidos (óleo, creme, água), isento de furos, manchas, rasgos. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	70854	2,78	196.974,12
49	Lençol descartável, dimensões 1,40m x 2,00m (aprox.). Em pura celulose, com gramatura mínima de 30 gramas por metro quadrado, cor branca, macio, resistente, que não permita a passagem de líquidos (óleo, creme, água), isento de furos, manchas, rasgos. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de fabricação, e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	23618	2,78	65.658,04
50	Preservativo masculino não lubrificado, confeccionado com borracha de látex natural vulcanizado, tipo liso, opaco. Embalagem individual contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.	unidade	27656	0,55	15.210,80
51	Salto para aparelhos ortopédicos (gesso, talas, etc.), em madeira com apoio de borracha, tamanho médio.	unidade	7200	2,10	15.120,00
52	Termômetro clínico com estojo individual, com graduação de 35 a 42 graus Celsius, com formato prismático ou oval, com escala em graus centígrados indelével e perfeitamente legível, devendo apresentar-se devidamente localizada e delimitada, na cor usual de fabricação, com intervalo de graduação de 0.1 graus Celsius, confeccionado em material de vidro tipo capilar padrão, incolor, dotado de resistência mecânica, térmica e química perfeitamente balanceada, para atender com precisão ao uso, com coluna de mercúrio íntegra, não fragmentada, facilmente visível, superfícies isentas de quaisquer irregularidades. Embalagem protetora individual, de consistência rígida adequada para proteção contra possíveis choques mecânicos, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação e registro em órgão competente.	unidade	10476	7,20	75.427,20
53	Tira reagente para determinação quantitativa de glicemia em amostra de sangue total capilar, venoso, arterial e neonatal para uso em monitor de glicemia compatível, com faixa de medição de 10 a 600 mg/dL, reação baseada em glicose desidrogenase, tempo de leitura máximo de 10 segundos, tamanho da amostra igual ou inferior a 2 micro litros. Embalagem: caixa com 50 ou 100 unidades. Registro no MS e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA.	unidade	598650	1,20	718.380,00

54	<i>Tira reagente para determinação quantitativa de glicemia em amostra de sangue total capilar, venoso, arterial e neonatal para uso em monitor de glicemia compatível, com faixa de medição de 10 a 600 mg/dL, reação baseada em glicose desidrogenase, tempo de leitura máximo de 10 segundos, tamanho da amostra igual ou inferior a 2 micro litros. Embalagem: caixa com 50 ou 100 unidades. Registro no MS e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA.</i>	unidade	199550	1,20	239.460,00
55	<i>Torneira de três vias. Em polipropileno, dividida em corpo e núcleo, sendo o corpo em plástico cristal e o núcleo em plástico opaco e colorido. Duas extremidades tipo luer lock com tampa e uma tipo luer slip com tampa. Movimento giratório da manopla (permitindo a passagem ou bloqueio de líquidos), setas indicativas direcionais do fluxo visíveis. Descartável e estéril. Embalagem individual, com abertura em pétalas, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	unidade	243750	1,47	358.312,50
56	<i>Torneira de três vias. Em polipropileno, dividida em corpo e núcleo, sendo o corpo em plástico cristal e o núcleo em plástico opaco e colorido. Duas extremidades tipo luer lock com tampa e uma tipo luer slip com tampa. Movimento giratório da manopla (permitindo a passagem ou bloqueio de líquidos), setas indicativas direcionais do fluxo visíveis. Descartável e estéril. Embalagem individual, com abertura em pétalas, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	unidade	81250	1,47	119.437,50
57	<i>Tubo de Látex para garote nº 200 - Tubo de látex, diâmetro externo de 5mm e interno de 3mm, confeccionado em látex flexível, transparente, resistente, cor natural, isento de substâncias tóxicas à saúde, isenções de emendas em suas espessuras, odor característico. Embalado em pacote com 15 metros. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	pacote	442	25,63	11.328,46
58	<i>Trocater descartável atóxico, apirogênico, Ø= 5mm, c= 100mm, para cirurgia laparoscópica, estéril, com torneira de três vias para insuflação, dispositivo de vedação, cânula rosqueada, obturador com duplo mecanismo de segurança, capa protetora, proteção de lâmina de extremidade distal, retrátil. Embalagem individual íntegra, apropriada para técnica de abertura asséptica, contendo dados sobre o produto, lote, data de validade, método de esterilização e fabricante.</i>	unidade	420	189,00	79.380,00

59	<i>Trocater descartável atóxico, apirogênico, ø= 11mm, c= 100mm, para cirurgia laparoscópica, estéril, com torneira de três vias para insuflação, dispositivo de vedação, cânula rosqueada, obturador com duplo mecanismo de segurança, capa protetora, proteção de lâmina de extremidade distal, retrátil. Embalagem individual íntegra, apropriada para técnica de abertura asséptica, contendo dados sobre o produto, lote, data de validade, método de esterilização e fabricante</i>	unidade	353	200,00	70.600,00
60	<i>Trocater descartável atóxico, apirogênico, ø= 11mm, c= 100mm, para cirurgia laparoscópica, estéril, com torneira de três vias para insuflação, dispositivo de vedação, cânula rosqueada, obturador com duplo mecanismo de segurança, capa protetora, proteção de lâmina de extremidade distal, retrátil. Embalagem individual íntegra, apropriada para técnica de abertura asséptica, contendo dados sobre o produto, lote, data de validade, método de esterilização e fabricante</i>	unidade	117	200,00	23.400,00
61	<i>Tubo de silicone nº 203 - Tubo de silicone, diâmetro externo de 10mm e interno de 6mm, confeccionado em silicone puro, cor natural transparente, parede interna lisa de espessura uniforme, parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave), resistente a produtos químicos, isento de aroma ou perfume. Embalado em pacote com 15 metros. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	pacote	1793	63,00	112.959,00
62	<i>Tubo de silicone nº 203 - Tubo de silicone, diâmetro externo de 10mm e interno de 6mm, confeccionado em silicone puro, cor natural transparente, parede interna lisa de espessura uniforme, parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave), resistente a produtos químicos, isento de aroma ou perfume. Embalado em pacote com 15 metros. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	pacote	597	63,00	37.611,00
63	<i>Tubo de silicone nº 204 - Tubo de silicone, diâmetro externo de 11,5mm e interno de 6mm, confeccionado em silicone puro, cor natural transparente, parede interna lisa de espessura uniforme, parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave), resistente a produtos químicos, isento de aroma ou perfume. Embalado em pacote com 15 metros. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	pacote	1587	96,50	153.145,50

64	<i>Tubo de silicone nº 204 - Tubo de silicone, diâmetro externo de 11,5mm e interno de 6mm, confeccionado em silicone puro, cor natural transparente, parede interna lisa de espessura uniforme, parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a vapor (autoclave), resistente a produtos químicos, isento de aroma ou perfume. Embalado em pacote com 15 metros. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade, com registro em órgão competente.</i>	<i>pacote</i>	<i>528</i>	<i>96,50</i>	<i>50.952,00</i>
VALOR GLOBAL					R\$ 8.640.213,33

OBS. 1: OS LOTES 1, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 60, 62, e 64 são exclusivos às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

OBS.2. E quanto aos LOTES 02, 04, 06, 08, 15, 17, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 37, 39, 41, 48, 53, 55, 59, 61 e 63 poderão participar quaisquer interessados.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes desta licitação correrá à conta de dotações consignadas abaixo:

- **IJF** - Projeto/Atividade código 10.302.0124.2470.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0900, Sequencial de Despesa 78;
- **HDEBO** – Projeto/Atividade 25.916.10.302.0123.2631.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDMJBO** – Projeto/Atividade 25.911.10.302.0123.2624.0001 Elemento de Despesa 339030 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDEAM** – Projeto/Atividade 25.910.10.302.0123.2623.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HGMBC** – Projeto/Atividade 25. 908.10.302.0123.2621.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMM** – Projeto/Atividade 25. 915.10.302.0123.2630.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMJW** – Projeto/Atividade 25.913.10.302.0123.2627.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HNSC** – Projeto/Atividade 25. 914.10.302.0123.2628.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HMDZAN** – Projeto/Atividade 25.918.10.302.0124.2545.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900 ;
- **CAC** – Projeto/Atividade 25. 912.10.302.0123.2625.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CEMJA** – Projeto/Atividade 25. 909.10.302.0123.2622.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CELAF/SMS** – Projeto/Atividade 25. 901.10.303.0127.2518.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;

- **SAMU** – Projeto/Atividade 25. 901.10.302.0123.2523.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no **NÚCLEO DE FARMÁCIA** do Instituto Dr. José Frota, no endereço abaixo descrito:

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 1816, CENTRO.

CEP: 60.025-061

FORTALEZA – CE

6.1.1.1. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 13**, deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

6.1.1.2. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 14**, deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

6.1.1.3. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 37**, deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 01 unidade;
- **HDEBO:** 01 unidade;
- **HDMJBO:** 02 unidades;
- **HDEAM:** 01 unidade;
- **HDGMBC:** 01 unidade;
- **HDGMM:** 02 unidades;
- **HDGMJW:** 01 unidade;
- **HNSC:** 01 unidade;
- **CAC:** 01 unidade;
- **HMDZAN:** 01 unidade;

6.1.1.4. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 38**, deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **SAMU:** 01 unidade

6.1.1.5. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 53**, deverá ceder em sistema de comodato aparelhos para medição de glicemia de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 48 unidades;
- **HDEBO:** 12 unidades;
- **HDMJBO:** 15 unidades;
- **HDEAM:** 15 unidades;
- **HDGMBC:** 20 unidades;
- **HDGMM:** 15 unidades;



- **HDGMJW:** 20 unidades;
- **HNSC:** 20 unidades;
- **CEMJA:** 30 unidades;
- **SAMU:** 40 unidades;
- **HMDZAN:** 40 unidades

6.1.1.6. A empresa, vencedora da disputa do **LOTE 54**, deverá ceder em sistema de comodato aparelhos para medição de glicemia de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **CAC:** 05 unidades

Caso algum aparelho para medição de glicemia apresente problemas no seu funcionamento, o prazo de atendimento aos chamados de consertos emitidos pela instituição será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, devendo haver a substituição do mesmo.

6.1.1.5. Para os **HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF)**, o objeto deverá ser entregue nos endereços constantes no Anexo A.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada do órgão gestor e do órgão participante.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

6.2.3. O recebimento dos produtos, em caráter provisório ou definitivo, será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00h. e de 13:00 às 17:00h.

6.3. QUANTO AOS PRAZOS PARA ENTREGA

6.3.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por Email, ou por Telefone/Fax.

6.3.2. Vedada entrega parcelada, **exceto**, por solicitação expressa do IJF/NÚCLEO DE FARMÁCIA ou que se evidencie necessidade de fracionamento por limitação de volume ou peso de transporte não serão aceitas entregas parceladas.



7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato será proveniente dos recursos do Instituto Doutor José Frota – IJF e/ou dos recursos dos órgãos participantes, e efetuado após a liquidação da despesa (art. 62 e segs. da Lei 4320/64), com a emissão de empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada exclusivamente no Banco do Brasil.

7.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Justiça Trabalhista.

7.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

I = $\frac{TX}{100}$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante, inclusive o cancelamento do registro de preço.

8.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

8.2. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

8.2.1. O procedimento para a aplicação da multa está disciplinado no art. 51 do Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

8.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo Instituto Doutor José Frota - IJF, contado da sua notificação.

9.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9.10. Entregar o produto, onde o mesmo deverá obedecer às exigências contidas nas especificações deste Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

9.11. Ao disponibilizar o aparelho para medição de glicemia a licitante deverá providenciar **treinamento para os profissionais** que irão manipular este equipamento.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de NOTA DE EMPENHO.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.



10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11 - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Chefia imediata do **NÚCLEO DE FARMÁCIA DO IJF**, gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação, NÃO podendo ser prorrogada.

13. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Caberá ao **INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA-IJF** o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 12.255/2007, publicado no DOM de 25/09/2007 e Decreto Municipal nº 12786, de 01/03/2011.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art.57, caput, da Lei nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A - ÓRGÃOS PARTICIPANTES



ANEXO A - ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1. HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA- HDEBO

CNPJ: 04.885.197/0012-05

END: Av. Jornalista Tomaz Coelho, nº.1578 – Messejana

2. HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSÉ BARROSO DE OLIVEIRA - HDMJBO

CNPJ: 04.885.197/0009-00

END: Av. Osório de Paiva, nº. 1127 - Parangaba

3. HOSPITAL DISTRITAL EVANDRO AYRES DE MOURA – HDEAM

CNPJ: : 04.885.197/0010-35

END: Av. Cândido Maia, nº. 294 – Antônio Bezerra

4. HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA JOSÉ WALTER – HDGMJW

CNPJ: 04.885.197/0002-25

END: Av. D., nº. 440, 2ª etapa – Conjunto Prefeito José Walter

5. HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN - HMDZAN

CNPJ: 04.885.197/0013-88

END: Av. Lineu Machado, nº. 145 – Jockey Clube

6. HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA BARRA DO CEARÁ - HDGMBC

CNPJ: 04.885.197/0005-78

END: Av. Dom Aloísio Lorscheider, nº. 1130 – Conjunto Nova Assunção – Barra do Ceará

7. CENTRO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA LÚCIA DE FÁTIMA - CAC

CNPJ : 04.885.197/0011-16

END: Rua Guilherme Perdigão, nº. 299 – João XXIII

8. HOSPITAL DISTRITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – HNSC

CNPJ: 04.885.197/0006-59

END: Rua 1018, nº.148, 4ª etapa – Conjunto Ceará

9. HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA DE MESSEJANA- HDGMM

CNPJ: 04.885.197/0003-06

END: Av. Washington Soares, nº. 7700 – Messejana

10. CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA

CNPJ: 04.885.197/0004-97

END: Rua Guilherme Rocha, 510 – Centro

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ nº 04.885.197/0001-44

END:Rua do Rosário, nº. 283 – 3º andar - Centro

11.1. SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 FORTALEZA

CNPJ: 04.885.197/0001-44

END: Rua Padre Guerra, nº.1350 – ParqueLândia

11.2. CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CELAF

CNPJ nº 04.885.197/0001-44

END: BR-116, Km 06, nº 2555 – Cajazeiras – CEP: 60.871-200.



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

À Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta de preços encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:
- Banco do Brasil S/A, agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O objeto contratual terá a garantia de _____ (_____) _____

3. Formação do Preço

- Indicação do lote cotado e especificação do objeto da licitação de acordo com o disposto no ANEXO I deste edital, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto;
- Preço unitário do lote cotado em algarismos;
- Preço global do lote cotado em algarismos e por extenso.
- Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
- Número do registro do produto na Agência Nacional de Sanitária do Ministério da Saúde, **ou de sua isenção**, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 meses da data do vencimento do registro.
- Para o **LOTE 13**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;
- Para o **LOTE 14**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;
- Para os **LOTES 37 e 38**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **13 Incubadoras**;
- Para os **LOTES 53 e 54**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **280** aparelhos para medição de glicemia;

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

MODELO – EMPREGADOR PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA

(Identificação do licitante), inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data
Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__

Pregão Eletrônico nº ____/____.

Processo nº **P187839 / 2016.**

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, na sede do Instituto Doutor José Frota - IJF, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____ do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Município em __/__/20__, às fls. _____, do Processo nº **P187839 / 2016**, que vai assinada pelo titular do Instituto Doutor José Frota – IJF órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços e pelos órgãos participantes, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- I. No Pregão Eletrônico nº ____/____.
- II. Nos termos do Decreto Municipal nº 12.255, de 06/09/2007, publicado D.O.M de 25/09/2007 e do Decreto Municipal nº 13.512, publicado D.O.M. de 30/12/2014, Decreto Municipal nº. 12.786/2011 e Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, publicado no D.O.U. de 24/01/2013.
- III. Na Lei Federal n.º 8.666, de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais aquisições de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL, DESTINADOS AO INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF, AOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF)**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de **Pregão Eletrônico nº ____/____** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme consta nos autos do Processo nº **P187839 / 2016.**

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecidas a legislação



pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá ao **Instituto Dr. José Frota - IJF** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas dos Decretos Municipais nº 12.255/2007 e nº 12786/2011, publicados no D.O.M de 25/09/2007 e 01/03/2011, respectivamente.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, o Instituto Doutor José Frota – IJF e/ou os órgãos participantes do sistema de registro de preços poderão firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelo mesmo.

Subcláusula Primeira – O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços far-se-á por meio de OFÍCIO, encaminhado por carta registrada, com Aviso de Recebimento – AR ou, diretamente, por intermédio do representante da contratada, ou ainda via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

Subcláusula Terceira - Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 12.255/07.

Subcláusula Primeira - Competirá ao Instituto Dr. José Frota - IJF, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas no Decreto Municipal nº 13.512/2014, publicado no D.O.M de 30/12/2014 e no Decreto Municipal nº 12786, de 01/03/2011.

Subcláusula Segunda – Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 14, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.



Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) atender os pedidos efetuados pelo Instituto Doutor José Frota – IJF e/ou pelos órgãos participantes do sistema de registro de preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelo IJF ou pelo participante do Sistema de Registro de Preços.
- c) Responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).
- d) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Subcláusula Quarta - Caberá a contratada providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados e em consonância com o Mapa de Preços, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observada as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 27, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no art. 27 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o Instituto Doutor José Frota - IJF e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelo Instituto Doutor José Frota - IJF, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o Instituto Doutor José Frota - IJF convocará sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira - Quanto à entrega:

a. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no **NÚCLEO DE FARMÁCIA** do Instituto Dr. José Frota, no endereço abaixo descrito:

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 1816, CENTRO.

CEP: 60.025-061

FORTALEZA – CE

b. Para o **LOTE 13**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

c. Para o **LOTE 14**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

d. Para o **LOTE 37**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 01 unidade;
- **HDEBO:** 01 unidade;
- **HDMJBO:** 02 unidades;
- **HDEAM:** 01 unidade;
- **HDGMBC:** 01 unidade;
- **HDGMM:** 02 unidades;
- **HDGMJW:** 01 unidade;
- **HNSC:** 01 unidade;
- **CAC:** 01 unidade;
- **HMDZAN:** 01 unidade;

e. Para o **LOTE 38**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **SAMU:** 01 unidade

f. Para o **LOTE 53**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato aparelhos para medição de glicemia de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 48 unidades;
- **HDEBO:** 12 unidades;
- **HDMJBO:** 15 unidades;
- **HDEAM:** 15 unidades;
- **HDGMBC:** 20 unidades;
- **HDGMM:** 15 unidades;
- **HDGMJW:** 20 unidades;
- **HNSC:** 20 unidades;
- **CEMJA:** 30 unidades;
- **SAMU:** 40 unidades;
- **HMDZAN:** 40 unidades



g. Para o **LOTE 54**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

➤ **CAC: 05 unidades**

Caso algum aparelho para medição de glicemia apresente problemas no seu funcionamento, o prazo de atendimento aos chamados de consertos emitidos pela instituição será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, devendo haver a substituição do mesmo.

Ao disponibilizar o aparelho para medição de glicemia a licitante deverá providenciar treinamento para os profissionais que irão manipular este equipamento.

h. Para os **HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF)**, o objeto deverá ser entregue nos endereços constantes no Anexo A.

h. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

j. A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no edital será exclusiva do servidor autorizado pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a execução do processo da entrega e recebimento dos objetos da Ata conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda - Quanto ao recebimento:

a. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada do órgão gestor e do órgão participante.

b. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

c. O recebimento dos produtos, em caráter provisório ou definitivo, será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00h. e de 13:00 às 17:00h.

Subcláusula Terceira - quanto aos prazos para entrega:

Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por Email, ou por Telefone/Fax.

Subcláusula quarta - Vedada entrega parcelada, **exceto**, por solicitação expressa do IJF e órgãos participantes, ou que se evidencie necessidade de fracionamento por limitação de volume ou peso de transporte.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento advindo do objeto desta Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do Instituto Doutor José Frota – IJF e/ou dos recursos dos órgãos participantes, e efetuado após a liquidação da despesa (art. 62 e segs. da Lei 4320/64), com a emissão de empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada exclusivamente no Banco do Brasil.

Subcláusula Primeira – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Segunda – Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Terceira – É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. ____/____.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

a) Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Justiça Trabalhista.

Subcláusula Quinta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

Subcláusula sexta – Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:



$I = (TX/100)$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Subcláusula Primeira - O fornecedor que praticarem quaisquer das condutas previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 11251/2002, bem como, outras condutas estabelecidas na forma da lei, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Advertência

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o preço total do (s) item (ns) registrado (s).

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

Subcláusula Segunda – O fornecedor recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

Subcláusula Terceira – Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditória, na forma da lei.

Subcláusula Quarta - As NOTIFICAÇÕES relativas às fases de defesa prévia e recurso serão encaminhadas por carta registrada, com aviso de recebimento – AR.

Subcláusula Quinta - As demais notificações poderão ser feitas via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
Entidade Participante	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

EDITAL Nº 3106 / 2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2017 – COMPRA.
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P187839 / 2016

FL. | 51

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

**ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__ - MAPA DE PREÇOS DOS
BENS**

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o Instituto Doutor José Frota – IJF e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do **Pregão Eletrônico nº ____ / ____**.

LOTE	CÓD LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO LOTE	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO



ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ – IJF
Processo nº **P187839 / 2016**.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____

**E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do **Pregão Eletrônico nº. ____/____** e seus anexos, o que consta nos autos do processo administrativo nº. **P187839 / 2016**, os preceitos do direito público, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e a Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do **Pregão Eletrônico nº. ____/____** e seus anexos e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – LINHA GERAL, DESTINADOS AO INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF, AOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF)**, de acordo com as especificações e quantitativos



previstos, na cláusula quinta deste Contrato e na Ata de Registro de Preços nº. ____/____, tendo este como Órgão Gerenciador, o Instituto Doutor José Frota - IJF.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma **PARCELADA**, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona do presente instrumento, de acordo com a necessidade da Administração, no quantitativo devidamente identificado na Ordem de Fornecimento e na respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$** _____ (_____), sem reajustes, conforme art.65 da Lei nº 8.666/93, de acordo com as especificações abaixo:

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento advindo do objeto deste Contrato será proveniente dos recursos do Instituto Doutor José Frota – IJF e/ou dos recursos dos órgãos participantes, e efetuado após a liquidação da despesa (art. 62 e segs. da Lei 4320/64), com a emissão de empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco do Brasil.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do **Pregão Eletrônico** nº. ____/____.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Justiça Trabalhista.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:



EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de dotações consignadas abaixo:

- **IJF** - Projeto/Atividade código 10.302.0124.2470.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0900, Sequencial de Despesa 78;
- **HDEBO** – Projeto/Atividade 25.916.10.302.0123.2631.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDMJBO** – Projeto/Atividade 25.911.10.302.0123.2624.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDEAM** – Projeto/Atividade 25.910.10.302.0123.2623.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HGMBC** – Projeto/Atividade 25.908.10.302.0123.2621.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMM** – Projeto/Atividade 25.915.10.302.0123.2630.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HDGMJW** – Projeto/Atividade 25.913.10.302.0123.2627.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HNSC** – Projeto/Atividade 25.914.10.302.0123.2628.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **HMDZAN** – Projeto/Atividade 25.918.10.302.0124.2545.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900 ;
- **CAC** – Projeto/Atividade 25.912.10.302.0123.2625.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CEMJA** – Projeto/Atividade 25.909.10.302.0123.2622.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **CELAF/SMS** – Projeto/Atividade 25.901.10.303.0127.2518.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;
- **SAMU** – Projeto/Atividade 25.901.10.302.0123.2523.0001 Elemento de Despesa 33.90.30 Fonte de Recurso 0 900;

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art.57, caput, da Lei nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

9.1. Quanto à entrega:

9.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no **NÚCLEO DE FARMÁCIA** do Instituto Dr. José Frota, no endereço abaixo descrito:

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 1816, CENTRO.

CEP: 60.025-061

FORTALEZA – CE

9.1.1.1. Para o **LOTE 13**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

9.1.1.2. Para o **LOTE 14**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **02 Clipadores** compatível com a marca ofertada, para o IJF;

9.1.1.3. Para o **LOTE 37**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 01 unidade;
- **HDEBO:** 01 unidade;
- **HDMJBO:** 02 unidades;
- **HDEAM:** 01 unidade;
- **HDGMBC:** 01 unidade;
- **HDGMM:** 02 unidades;
- **HDGMJW:** 01 unidade;
- **HNSC:** 01 unidade;
- **CAC:** 01 unidade;
- **HMDZAN:** 01 unidade;

9.1.1.4. Para o **LOTE 38**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato **Incubadora** de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **SAMU:** 01 unidade

9.1.1.5. Para o **LOTE 53**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato aparelhos para medição de glicemia de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **IJF:** 48 unidades;
- **HDEBO:** 12 unidades;



- **HDMJBO:** 15 unidades;
- **HDEAM:** 15 unidades;
- **HDGMBC:** 20 unidades;
- **HDGMM:** 15 unidades;
- **HDGMJW:** 20 unidades;
- **HNSC:** 20 unidades;
- **CEMJA:** 30 unidades;
- **SAMU:** 40 unidades;
- **HMDZAN:** 40 unidades

9.1.1.6. Para o **LOTE 54**, a empresa deverá ceder em sistema de comodato aparelhos para medição de glicemia de acordo com os quantitativos abaixo relacionados;

- **CAC:** 05 unidades

Caso algum aparelho para medição de glicemia apresente problemas no seu funcionamento, o prazo de atendimento aos chamados de consertos emitidos pela instituição será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, devendo haver a substituição do mesmo.

Ao disponibilizar o aparelho para medição de glicemia a licitante deverá providenciar treinamento para os profissionais que irão manipular este equipamento.

9.1.1.5. Para os **HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE DRA. ZILDA ARNS NEUMANN, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR – CEMJA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E CÉLULA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CELAF)**, o objeto deverá ser entregue nos endereços constantes no Anexo A.

9.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. Quanto ao recebimento:

9.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada do órgão gestor e do órgão participante.

9.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

9.2.3. O recebimento dos produtos, em caráter provisório ou definitivo, será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00h. e de 13:00 às 17:00h.



9.3. QUANTO AOS PRAZOS PARA ENTREGA

9.3.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da respectiva nota de empenho ao fornecedor, que poderá ser confirmada por Email, ou por Telefone/Fax.

9.3.2. Vedada entrega parcelada, **exceto**, por solicitação expressa do IJF, ou que se evidencie necessidade de fracionamento por limitação de volume ou peso de transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser argüido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo fixado pela CONTRATANTE, contado da sua notificação.

10.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.



10.10. Entregar o produto, onde o mesmo deverá obedecer às exigências contidas nas especificações no Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

10.11. Ao disponibilizar o aparelho para medição de glicemia a licitante deverá providenciar **treinamento para os profissionais** que irão manipular este equipamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

11.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Chefia imediata do **NÚCLEO DE FARMÁCIA DO IJF**, um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:



- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE, inclusive o cancelamento do registro de preço.

13.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitação da Prefeitura de Fortaleza - **CLFOR**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrado em processo de execução.

13.2.1. O procedimento para a aplicação da multa está disciplinado no art. 51 do Decreto Municipal nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

13.4. As NOTIFICAÇÕES relativas às fases de defesa prévia e recurso serão encaminhadas por carta registrada, com aviso de recebimento – AR.

13.5. As demais notificações poderão ser feitas via email, fax ou qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes abaixo.

Local e data

(nome do representante) (nome do representante)

CONTRATANTE CONTRATADO (A)

Visto:

(Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE).